

Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX

Renato Amado Peixoto¹

Este trabalho é uma tentativa de estabelecer uma discussão acerca das condições de produção das construções espaciais e identitárias no Rio Grande do Norte e centra-se na hipótese de que essas devem ser entendidas enquanto esforços que somente poderiam ser desenvolvidos a partir da última década do século XIX e na primeira década do século XX. Por esta hipótese, entendemos que esses esforços fizeram parte de uma estratégia destinada a consolidar o poder de uma 'organização familiar' nova que enraizou seus interesses no aparelho de Estado apenas a partir das condições tornadas possíveis pelo advento da República. A organização dessas condições a partir da ocupação integral do aparelho do estado permitiu a essa organização familiar constituir um discurso de unidade espacial em despeito da existência de outros discursos locais no Rio Grande do Norte. Em sintonia com o lugar de produção de seus interesses, esse discurso unificador produziu uma história do Rio Grande do Norte por meio da articulação de certos enunciados capazes de instituir a cidade de Natal como elemento organizador da narrativa temporal e espacial.

Como essa História foi produzida e construída diretamente pelos integrantes da nova organização familiar ou por elementos agregados a partir de certas instituições legitimadas ou prestigiadas no processo, seus eventos, personagens e processos derivam de escolhas e eleições capazes de legi-

¹ Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). amado@cchla.ufrn.br

timar o novo arranjo político. Do mesmo modo, entendemos que os enunciados que instituem a centralidade de Natal tem a ver com um arranjo das condições do contexto histórico capazes de tornar o discurso daí resultante enquanto condizente com um sistema cultural tido então como capaz de legitimar o arranjo político. Consideramos que a reunião dessas condições de produção em torno do aparelho de estado e de um discurso dele legitimador permitiram a possibilidade de reelaboração da história estadual ainda que novos arranjos políticos incorporassem as organizações familiares alijadas inicialmente do poder. Finalmente, incentivada e disseminada pedagogicamente pelos aparelhos de Estado organizados nos sucessivos arranjos políticos, essa construção tornar-se-ia parte mesma da cultura popular e erudita no Rio Grande do Norte.

Nossa hipótese foi pensada em duas etapas, a primeira por meio do exame da produção historiográfica acerca do Rio Grande do Norte, perscrutando sua *escritura* a partir das questões teóricas esboçadas por Jacques Derrida e Michel Foucault,² estabelecendo a seguir razões ou racionalidades de sua produção (no sentido definido por Ernst Cassirer³). Buscamos então, a partir do campo da História Cultural do Social, comparar os principais escritos historiográficos e entender influências, continuidades e inflexões em suas narrativas, rebatendo o exame dos elementos desses escritos sobre os esforços que os originaram de modo a possibilitar a compreensão de uma 'dinâmica de sua produção'.

Numa segunda etapa, esses resultados foram organizados e testados a partir de uma pesquisa centrada no âmbito da Nova História Política e desenvolvida por meio dos métodos e das considerações estabelecidas por René Rémond.⁴

² DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2004; DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002; FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

³ CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas (V. II – O pensamento mítico)*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

⁴ RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRN, 1996.

Buscamos então organizar e analisar uma série biográfica de todos os políticos que exerceram mandatos de governador, senador e deputados federais no Rio Grande do Norte entre as décadas de 1890 e 1930, por entender, a partir do exame realizado na primeira etapa, que este seria o recorte cronológico essencial para o aprofundamento das questões levantadas. Depois, consideramos o levantamento de uma tipologia que levasse em conta várias categorias como parentesco, carreira profissional e o percurso intelectual.

Nosso esforço concentrou-se, portanto, sobre o exame de questões suscitadas por uma articulação dos campos da História Cultural do Social e da Nova História Política buscando compreender racionalidades, mecanismos, dinâmicas e estratégias que houvessem possibilitado a produção da espacialidade e da identidade norte-rio-grandense.

A primeira dessas questões dizia respeito a uma compreensão da razão ou racionalidade que propiciou a emergência no início do século XX de uma historiografia onde espacialidade e identidade norte-rio-grandense se articulavam. No caso, pudemos perceber, a partir de um exame comparativo dos mapas do final do século XIX com os do início do século XX, que o problema da formulação do espaço regional deve considerar diferentes aproximações.⁵

Se tomarmos como exemplo a carta do Rio Grande do Norte no *Atlas do Império do Brasil* produzido por Cândido Mendes de Almeida, em 1868, podemos notar que a divisão provincial foi representada de modo diferente da divisão estadual explicitada no *Mapa Geral da República do Brasil* de 1903.

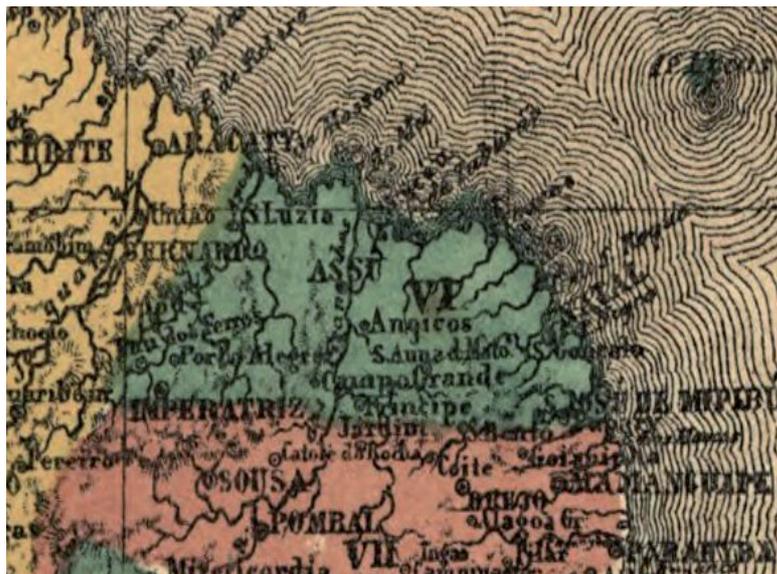
No *Atlas* (Figura 1), a utilização do colorido como recurso técnico não permite distinguir as fronteiras como no

⁵ A respeito da ideia de uma análise crítica da cartografia, em que o mapa não é considerado apenas como um mero suporte da escrita, mas que visa a contextualizar os mapas considerando-os como construções onde as relações saber-poder podem ser descortinadas a partir de sua interpretação e do exame de sua produção, ver PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2005.

Mapa Geral (Figura 2), onde se utiliza a linha ou o pontilhado. Se no *Mapa* existe a pretensão de delimitar as fronteiras estaduais com toda exatidão, no *Atlas*, a divisão provincial é deixada mais ao sabor da interpretação.

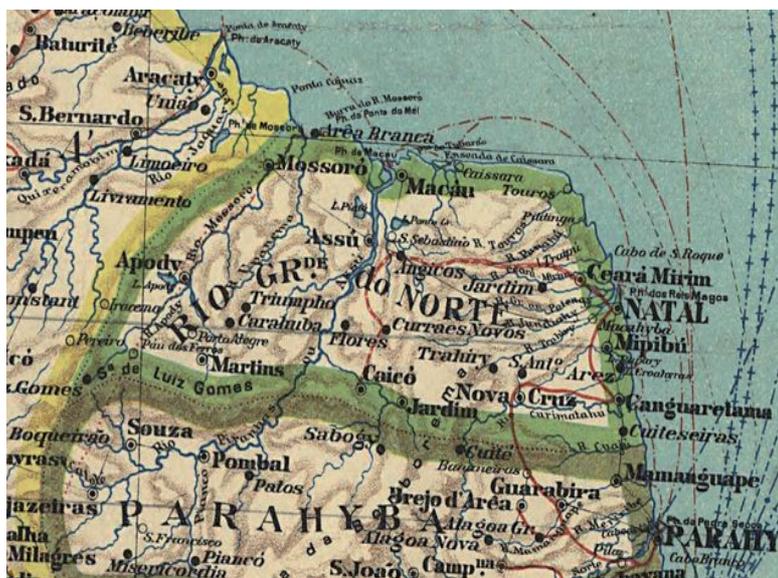
Por conseguinte pode-se entender uma razão de representação da espacialidade nos dois períodos considerados por meio da análise crítica da cartografia: se, no Império, os *limites* provinciais foram inscritos em meio ao espaço nacional, na República, as *fronteiras* dos estados passaram a ser explicitadas com exatidão. Logo, pensar os binômios 'Fluidez – Limites', 'Exatidão – Fronteira' é o grande problema a ser observado no desenvolvimento da nossa hipótese de trabalho.

Figura 1: O Rio Grande do Norte no *Atlas*



Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1868.

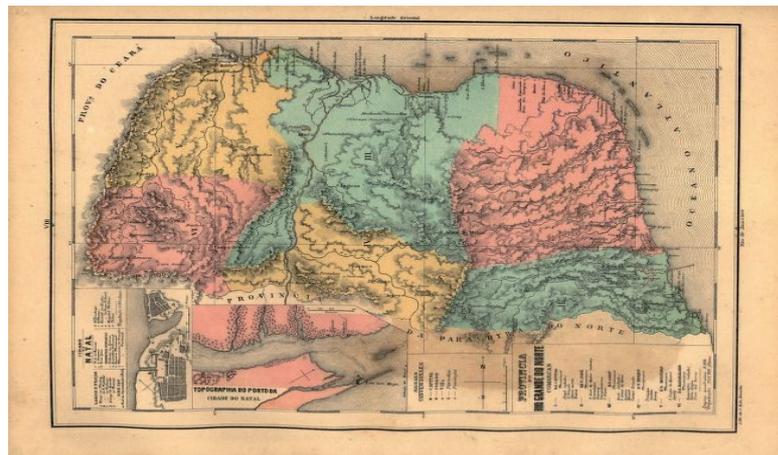
Figura 2: O Rio Grande do Norte no *Mapa*



Fonte: Mapa Geral da República do Brasil, 1903.

Se buscarmos aprofundar o exame de uma razão da espacialidade a partir dos dados fornecidos pela análise crítica da cartografia, podemos notar que os mapas provinciais no *Atlas* são divididos internamente e que essa divisão não é proporcionada pelos limites dos municípios, como seria de se supor a partir dos modernos mapas, mas pelos limites das comarcas (Figura 3). Para inscrever os limites das comarcas no *Atlas* foram utilizados os mesmos recursos técnicos empregados para delimitar as províncias, o colorido, e esse esquema de divisão interna é ainda destacado pelo posicionamento de uma tabela com a relação das comarcas, disponibilizada em posição de destaque no sentido da leitura do *Atlas* (Figura 4).

Figura 3: O Rio Grande do Norte dividido em comarcas



Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1868.

Figura 4: Tabela com a relação das comarcas do Rio Grande do Norte

PROVINCIA DO RIO GRANDE DO NORTE	
COMARCAS	
I	DA CAPITAL Municípios: Natal (capital), S. Gonçalo, Ceará-mirim, Touros
II	DE S. JOSÉ Municípios: S. José do Matoz (extinta), Cotacica, Papangy, D. Agostinho, S. Bento
III	DO ASSU Municípios: Assu (extinta), S. Anna do Matoz, Angicos, Mossoró, Campo Grande
IV	DO SERIDÓ Municípios: Príncipe, Jardim, Assu
V	DO MOSSORÓ Municípios: S. Luís do Matoz, Apodi
VI	DA MAIORIDADE Municípios:

Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1868.

Se continuarmos a examinar a ideia de uma razão da espacialidade no Império, é necessário considerar que a interpretação do binômio 'Fluidez – Limites' necessita incluir o problema da escolha da representação das comarcas. A escolha de representação da divisão provincial incorpora uma relação de poder que importa não apenas ao autor do *Atlas*, mas também a uma audiência ampla de leitores, que, no caso do *Atlas*, incluía os alunos do ensino público. A fluidez dos limites permitia então a pedagogia de uma ordem representada no *Atlas* por uma repartição do Judiciário e pela qual se podia distinguir um esquema mesmo de perpetuação da organização do poder.

Nesse sentido, *grosso modo*, essa ordem refletia-se pela incorporação das elites ao projeto de Nação através das faculdades de direito e pelo exercício subsequente de tarefas inerentes ao Judiciário que possibilitavam uma subsequente escalada no aparelho de Estado imperial. Daí se torna constituir o sentido de representação da divisão provincial por meio das comarcas e incorporá-las a uma interpretação do binômio 'Fluidez – Limites'. O trânsito dos bacharéis não se dava no interior dos limites provinciais, mas pela ultrapassagem desses mesmos limites a serviço do Estado, o que permitia ainda desconstituir um dos sentidos de atuação das organizações familiares, o provincial, possibilitando a incorporação destas organizações familiares ao projeto de Nação, deslocando as tensões para outro nível de discussão, que era o da centralidade do Estado, representado pela Corte, pelo Imperador e pelo Parlamento sediado no Rio de Janeiro.

Procurando articular e testar esta interpretação por meio de métodos e elementos pertinentes à Nova História Política, buscamos dentre os dados levantados anteriormente, elementos que nos permitissem bem caracterizar as dinâmicas da mobilidade espacial no período. Elencamos para este estudo parte do acervo de dados biográficos levantados anteriormente, segundo o seguinte critério:

1. Que houvessem exercido postos políticos de maior relevo no Rio Grande do Norte;
2. Considerando o menor espaço de tempo entre as posses;

3. Que a maior parte da trajetória profissional e política dos biografados tivesse ocorrido no Império.

Selecionamos assim para a análise da mobilidade espacial os dados de Miguel Joaquim de Almeida Castro, José Inácio Fernandes Barros e João Gomes Ribeiro, governadores do estado do Rio Grande do Norte nos anos de 1890, 1891 e 1890. Em seguida, transferimos os dados de seu percurso de vida para um suporte cartográfico, continuando a utilizar para esse fim o *Atlas do Império do Brasil* (Figura 5).

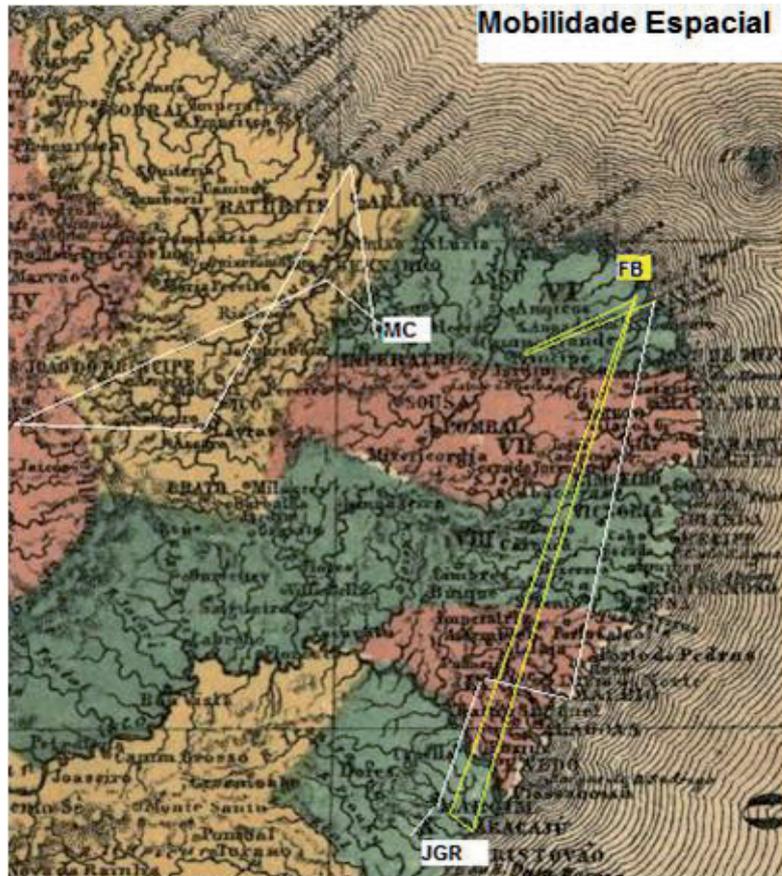
Nesse mapa, o ponto inicial de exercício de carreira profissional dos biografados foi indicado pelas iniciais dos nomes pelos quais eram mais conhecidos, respectivamente, MC; FB e JGR. A partir desses pontos iniciais foram traçadas linhas sobre o mapa, ligando as cidades onde os biografados exerceram cargos públicos, que resultaram indicar o percurso que resumimos abaixo:

a) MC [Miguel Castro - Miguel Joaquim de Almeida Castro]: Maioridade (RN); Aracati (CE) em 1860; Saboeiro (CE) 1864; presidente da província do Piauí de 1882 a 1883; deputado geral na província do Ceará 1885-1888; depois deputado geral e federal pelo Rio Grande do Norte; governador do Rio Grande do Norte em 1890.

b) FB [Fernandes Barros - José Inácio Fernandes Barros]: Natal (RN) 1871; Jardim do Seridó (RN) em 1875; em 1877 instalou a comarca de Ceará Mirim (RN); Maruim (SE); Chefe de Polícia em Natal no ano de 1885; Ceará Mirim (RN) onde se aposentou em 1890; governador do Rio Grande do Norte em 1891.

c) JGR [João Gomes Ribeiro]: Nomeado promotor público da comarca de Lagarto (SE) em 1863; Lagarto (SE); Itabaiana (SE) em 1865; transferido para Laranjeiras (SE) em 1866; Pão de Açúcar e Mata Grande (AL) em 1867; delegado de polícia em Maceió em 1882; governador do Rio Grande do Norte em 1890.

Figura 5: Mapa da mobilidade espacial no período



Fonte: PEIXOTO, Renato Amado. Verbetes 'Miguel Joaquim de Almeida Castro', 'José Inácio Fernandes Barros' e 'João Gomes Ribeiro' in ABREU, Alzira Alves de (Coord.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Primeira República. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas; CPDOC, (no prelo). Arte: Renato Amado Peixoto. Suporte cartográfico: ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1868.

Por meio desse estudo, podemos perceber como característica comum dos biografados: uma grande mobilidade espacial que visava a atender a um percurso profissional; que esse percurso dizia respeito ao exercício de cargos no poder judiciário; que esse exercício se completava ou coligava com atuações no plano político; que esses percursos e atuações se davam em mais de uma província ou estado; e que ultrapassavam transcendendo amplamente o recorte provincial e estadual a partir do qual se originaram.

Por conseguinte, podemos entender que a ideia de fluidez do espaço e da permeabilidade de seus limites refletia uma racionalidade pertinente a uma representação da ordem política e do social que fora constituída no Império e que, pelo menos no Rio Grande do Norte, adentrou o período republicano. Poderíamos entender conforme formulado por Benedict Anderson,⁶ que o declínio do antigo 'sistema cultural' permitiu a formulação de um conceito de identidade e de espacialidade somente a partir do final do século XIX.

Esta constatação coincide *exatamente* com o nosso exame da historiografia norte-rio-grandense: sua produção foi iniciada apenas quando uma racionalidade foi ultrapassada, justamente após o fim de uma instabilidade política quando uma nova organização familiar ascendeu ao poder no estado, respondendo positivamente a uma racionalidade espacial e a um sistema cultural que se colocava com a República. No caso, Augusto Tavares de Lyra, membro da família Albuquerque Maranhão, tornou-se o primeiro grande historiador do Rio Grande do Norte, tornando-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) o grande instigador e divulgador do seu trabalho.

Os historiadores posteriores, dos quais Luís da Câmara Cascudo é o de maior relevância,⁷ receberam a influência

⁶ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁷ Ver, por exemplo, CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965; CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação

e/ou repetiram os principais temas da narrativa fundada por Tavares de Lyra a partir dos interesses aos quais se coligavam.⁸ Organizações estaduais instituídas e coligadas com o arranjo político como o IHGRN possibilitaram a produção, construção, disseminação e reelaboração do discurso historiográfico.

A narrativa historiográfica de Tavares de Lyra trabalha justamente elementos, personagens e tramas cujos sentidos coincidem com as ideias da nova racionalidade que coincidiavam com o problema colocado para a questão da nação. Enfatiza-se um passado fundador de uma identidade e de um território norte-rio-grandense, ligados por meio de tradições culturais, religiosas e políticas peculiares. Recortava-se, portanto, uma espacialidade e uma identidade plenamente definidas e fechadas dentro de um invólucro territorial ao qual se reconheciam os termos, a natureza e o natural do território. Passado e presente foram conectados por meio de uma história contínua e tensionada pelos acidentes inerentes a sua constituição e explicativos da constituição do seu território e da naturalização de seus ocupantes.

Ainda, essa narrativa do território e de seu natural foi trabalhada a partir da construção de uma centralidade da cidade de Natal na trama, servido ainda essa cidade como elemento organizador e definidor de um espaço cuja racionalidade coincide com as ideias reunidas no binômio de 'Exatidão-Fronteira'.

Nossa interpretação, a partir dos dados apresentados resumidamente acima, é que a explicitação de uma identidade e de um território norte-rio-grandense somente se tornou razoável ou mesmo necessária também a partir de um dado momento em que novas dinâmicas políticas e sociais

José Augusto, 1984; CASCUDO, Luís da Câmara. *Movimento da Independência no Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1973; CASCUDO, Luís da Câmara. *O Livro das Velhas Figuras*. Natal: Ed. IHGRGN, 1977; CASCUDO, Luís da Câmara. *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte: conclusões, pesquisa, documentário*. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

⁸ Ver LYRA, AugustoTavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª edição. Natal: Fundação José Augusto, s/ data.

precisassem ser representadas. No caso, essa dinâmica consolidou-se a partir da ascensão de uma nova organização do poder na República, quando os pleitos das organizações familiares deixaram de ser atendidos a partir de uma ordem baseada na fluidez espacial que diluía as tensões. Com a República, ao contrário da situação no Império, os pleitos das organizações familiares passariam a ser satisfeitos apenas a partir de um reconhecimento, feito pelo Governo central, das posições de controle e comando que essas organizações possuíam nos aparelhos de poder estaduais. Daí, entendemos que a tônica das dinâmicas das organizações familiares passou a ser a luta renhida não apenas pelo poder local, mas também pelo poder estadual.

Controlar o aparelho estadual possibilitava às organizações familiares dispor dos recursos de uma unidade territorial a seu bel-prazer e fazer chegar a essa mesma unidade os recursos barganhados por seus representantes junto ao Governo central. Por conseguinte, fazia sentido, nessa racionalidade, constituir um discurso da posse dessa unidade espacial e uma narrativa de seu território que reconhecesse e fizesse reconhecer seus direitos remetendo-os a uma fundação simbólica do território por meio da ação de seus antepassados. A narrativa territorial tornava-se, portanto, uma narrativa do direito de posse que fundava simbolicamente a nova sociedade, discernindo os operadores dessa fundação e remetendo seus direitos a um passado sagrado, atribuindo um valor excepcional ao conhecimento das origens. Um discurso, portanto, que se articulava a partir de um passado que ele mesmo constituía.

No caso, a historiografia norte-rio-grandense reconhecia não apenas o papel fundador de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, mas também o de sua estirpe, ligando-a, por sua vez, aos valores transcendentais da religião católica e da civilização lusitana que alicerçavam a compreensão do território, dos seus naturais e de um centro de sua atuação, a cidade de Natal.

A ênfase da narrativa historiográfica nesse último termo necessita ser elucidada, inclusive porque nos coloca dian-

te de um novo problema que necessita ser trabalhado. Se a narrativa da fundação da sociedade enfatiza a centralidade de um determinado local é porque muito provavelmente essa ênfase diz respeito não apenas à construção, mas também a um sentido de produção da espacialidade que dizia respeito ao território de atuação da organização familiar dominante e que se fazia necessário ressaltar então.

Observando a história política do Rio Grande do Norte a partir dos dados coletados, pudemos observar que a atuação política na província se baseou desde pelo menos o século XIX em organizações familiares bem constituídas, com estratégias e dinâmicas próprias, que alicerçaram seu poder em bases territoriais e que possuíam um sentido espacial de sua articulação.

No caso das organizações familiares norte-rio-grandenses, não nos referimos apenas a núcleos familiares bem delineados, mas a um modelo que formou estruturas complexas de parentesco, norteadas por um sistema preferencial de escolhas que ultrapassava as limitações religiosas e onde cada casamento não se constituía num caso isolado, mas que compunha parte de uma série que nos permite postular uma teoria geral de um sistema que só é passível de ser reconhecível no nível do grupo. Nesse sentido, as escolhas realizadas nessas organizações familiares prescrevem estratégias e dinâmicas espaciais bastante abrangentes e continuadas, que foram capazes de articular entre si diversos grupos familiares num determinado sentido de atuação, oferecendo consistência e coerência as suas ações.⁹

Entendemos então que o conceito de organização familiar se torna mais eficiente para trabalhar os problemas peculiares à história política do Rio Grande do Norte que o conceito já naturalizado de oligarquia, já que nos permite apontar as peculiaridades das estruturas espaciais e dos ar-

⁹ Este conceito foi esboçado a partir do rol de possibilidades apontadas por Claude Lévi-Strauss para o emprego de suas categorias, em relação às sociedades contemporâneas, conforme o 'Prefácio à segunda edição' da obra 'Estruturas elementares de parentesco'. Ver LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 24-38.

ranjos de poder, permitindo inferir, por exemplo, como essas organizações constituíam estratégias de atuação de longo prazo, ou como o sistema daí resultante, comprovada sua eficiência, pôde ser adotado por outras organizações familiares que se articulariam no espaço norte-rio-grandense posteriormente ao recorte aqui trabalhado – a eficiência, no caso, teria conduzido à repetição. Em apoio ao nosso conceito, note-se que, já em 1908, Sílvio Romero entendia a necessidade de se alargar a compreensão e a formulação do fenômeno oligárquico,¹⁰ posição essa que Edgard Carone discutiu a partir do posicionamento de que “era necessário indagar sobre a forma ou formas com as quais se mantém uma estrutura de poder”, no caso, compreendendo que estas formas estavam ligadas “às condições gerais de cada estado”.¹¹

Após a análise das séries biográficas e da história política do período recortado, verificamos serem três as principais organizações familiares no início do século XX e que a estas correspondiam espaços de atuação privilegiados diferentes, caracterizando não uma espacialidade, mas múltiplas espacialidades norte-rio-grandenses, a saber:

a) A organização encabeçada pelas famílias Gurgel e Brito Guerra que atuava sobre um espaço que denominaremos de ‘Mossoroense’ (Figuras 6 e 7).

b) A organização encabeçada pelas famílias Medeiros e Galvão que atuava sobre um espaço que denominaremos de ‘Seridoense’ (Figuras 8).

c) A organização encabeçada pela família Pedrosa que atuava sobre um espaço que denominaremos de ‘Natalense’ (Figuras 9 e 10).

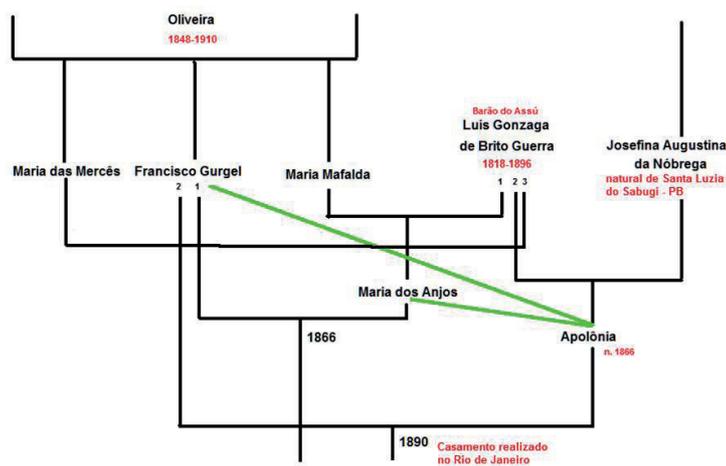
A organização que se formou no espaço mossoroense possuía sua principal base territorial no interior da comarca de Mossoró e estabeleceu suas principais ligações ainda no século XIX, quando as famílias Medeiros e Galvão confun-

¹⁰ ROMERO, Sílvio. ‘As oligarquias e sua classificação’ in *Realidade e ilusões no Brasil: Parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

¹¹ CARONE, Edgard. *Revista de Administração de Empresas*. 12(1). Rio de Janeiro, Jan./Mar. 1972, pp. 81-92.

diram-se por meio de uma bem articulada política de casamentos que pode ser exemplificada por meio do gráfico que apenas considera as táticas empregadas nesse sentido por Luís Gonzaga de Brito Guerra, barão do Assú e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça no Império, e por Francisco Gurgel de Oliveira, mais conhecido como ‘Coronel Gurgel’, deputado federal, que foi um dos personagens-chave para a compreensão da História do Rio Grande do Norte na Primeira República (Figura 6).

Figura 6: Táticas de formação de parentesco no espaço Mossoroense



Fonte: PEIXOTO, Renato Amado. Verbete ‘Francisco Gurgel’ in ABREU, Alzira Alves de (Coord.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Primeira República. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas; CPDOC, (no prelo). Arte: Renato Amado Peixoto.

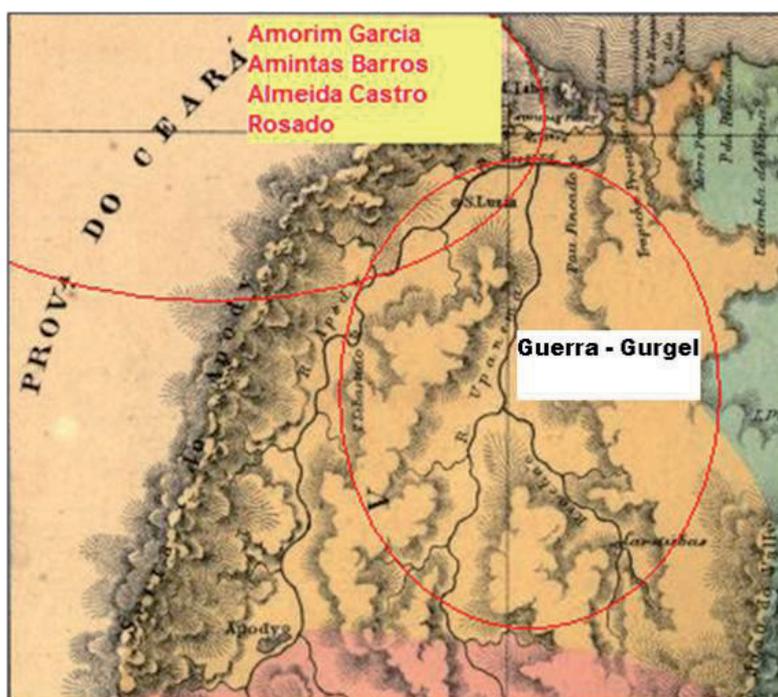
Observando a Figura 6, podemos notar que dos três casamentos de Brito Guerra, dois foram realizados com irmãs de Francisco Gurgel. Este, por sua vez, casou duas vezes e em ambos os casamentos desposou filhas de Brito Guerra.

Francisco Gurgel casou-se pela primeira vez em 24 de outubro de 1866 com sua sobrinha, Maria dos Anjos de Brito Guerra, filha de sua irmã e de Luiz Gonzaga, então com 15 anos. Em 9 de outubro de 1880, casou-se pela segunda vez, desta feita com sua afilhada, Apolônia Ferreira da Nóbrega, então com 14 anos, filha de Luiz Gonzaga com sua segunda mulher. Note-se que Francisco Guerra tornou-se padrinho de Apolônia no mesmo dia de seu primeiro casamento.

Apenas por estes dados, já podemos observar uma estratégia continuada de formação de parentesco conformando um sistema que ultrapassou mesmo as restrições de ordem religiosa para imprimir maior vigor aos objetivos à organização familiar, inclusive, possibilitando a essa tornar-se o fiel da balança do poder no Rio Grande do Norte durante as disputas do início da República Velha.

O mesmo espaço mossoroense, por suas características fluídas no século XIX, permitiu o deslizamento dos interesses de várias famílias cearenses, especialmente os Amorim Garcia, os Amintas Barros e os Almeida Castro, e sua articulação em torno da cidade de Mossoró. A eficiência deste outro sistema de organização familiar no espaço mossoroense, que permitiu, por exemplo, a ascensão de Miguel Joaquim de Almeida Castro ao governo do Rio Grande do Norte, seria reconstituída mais tarde pela família Rosado, atraída da Paraíba pelos Almeida Castro (Figura 7).

Figura 7: Esquema do espaço mossoreense



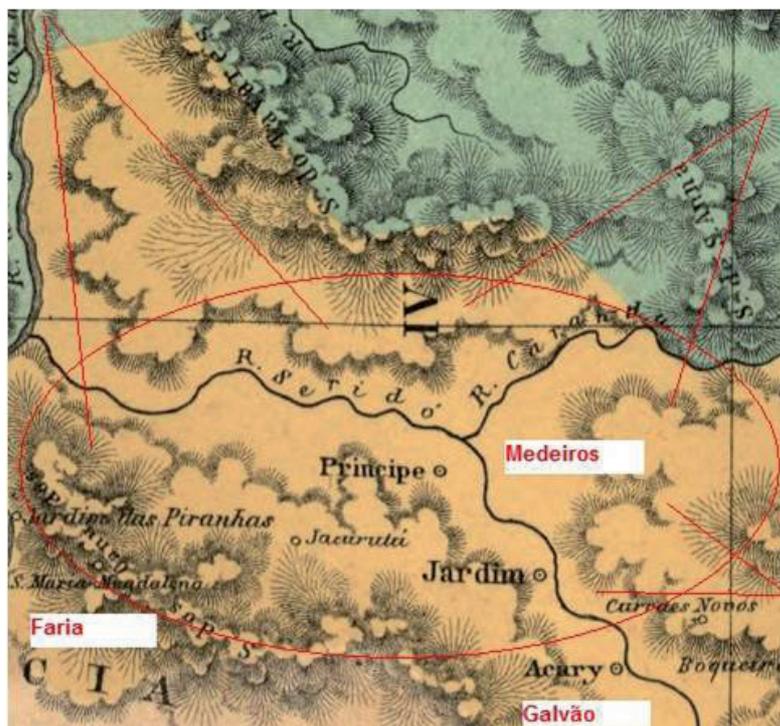
Arte: Renato Amado Peixoto. Suporte cartográfico: ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1868.

Por conseguinte, entendemos que, a partir da atuação das organizações familiares, configurou-se um espaço mossoreense múltiplo e aberto para o deslizamento de interesses familiares provenientes de outros espaços.

Já no caso do espaço Seridoense outro sistema se configurou a partir das características peculiares das organizações familiares ali estabelecidas. Desde o final do século XIX e mesmo antes da influência exercida pelo patriarca da família Medeiros, o senador da República José Bernardo, houve uma tendência ao fechamento do espaço seridoense à aflu-

ência de grupos familiares externos, por conta de uma estratégia de aglutinação das famílias dominantes no território circundante a Caicó. Essa estratégia permitiu reunir famílias como os Galvão, os Faria e os Medeiros numa organização eficaz, longeva e capaz de resistir mesmo às grandes mudanças da política brasileira, como a Revolução de 1930. Fechado o espaço seridoense, essa organização familiar conseguiu, inclusive, projetar sua influência em direção ao centro e ao norte do estado (Figura 8).

Figura 8: Esquema do espaço seridoense



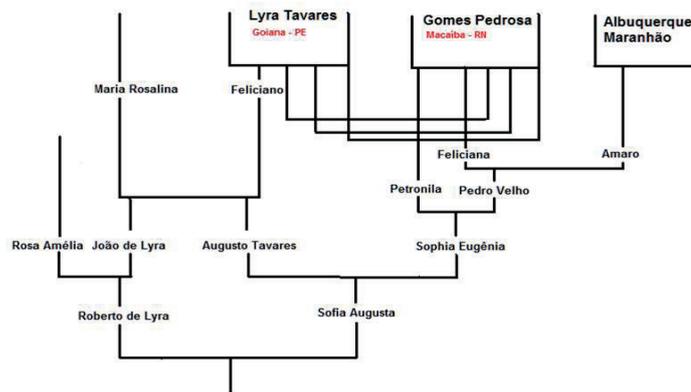
Arte: Renato Amado Peixoto. Suporte cartográfico: ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1868.

Por sua vez, o espaço natalense definir-se-ia apenas na República Velha, uma vez que as disputas do final do Império com a organização seridoense gerou a decadência dos políticos tradicionais e um vácuo de poder que foi aproveitado por uma nova organização nucleada pela família Pedrosa. Essa família ligou-se a duas outras famílias, os Albuquerque Maranhão e os Lyra Tavares, para formar uma organização com interesses em direção a dois outros espaços, Pernambuco e a Paraíba. Note-se que, uma vez delineado o sistema que permitiu a esta organização controlar o poder no estado do Rio Grande do Norte, essa tendeu a fechar-se, configurando, contudo, um modelo misto, nem aberto como o mossoroense, nem fechado como o seridoense.

Observe-se pela Figura 9 que a estratégia de casamentos da família Pedrosa com os Lyra Tavares e os Albuquerque Maranhão vai ser depois repetida pelos Albuquerque Maranhão em relação aos Lyra Tavares. Essa característica, dada a posição de seus membros no aparelho de Estado, permitiu à organização familiar tanto formar uma base territorial de poder no Rio Grande do Norte quanto diversificar suas ações e executar atividades fora do estado, intensificando seu prestígio. Note-se que quatro dos filhos de João de Lyra Tavares ocuparam posições de extremo relevo: três chegaram ao posto de ministro de Estado e outro ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da Guanabara.¹²

¹² Aurélio de Lira Tavares foi ministro do Exército de 1967 a 1968, membro da Junta Militar que governou o Brasil entre agosto e outubro de 1969 e embaixador do Brasil na França de 1970 a 1974. Roberto Tavares de Lira foi ministro da Educação e Cultura em 1962, durante o governo de João Goulart. Paulo Lira foi ministro interino da Fazenda entre junho e agosto de 1944 e chefe do Gabinete Civil da Presidência da República durante o governo de Nereu Ramos. João Lira Filho foi Ministro do Tribunal de Contas da Guanabara entre 1949-1966 e ocupou depois o posto de reitor da Universidade do Estado da Guanabara (UEG) de 1967 a 1971.

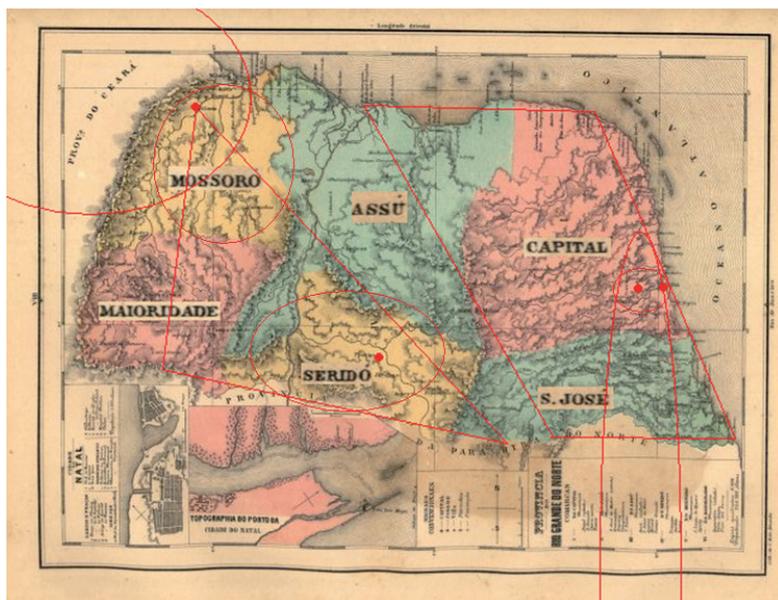
Figura 9: Táticas de formação de parentesco no espaço natalense.



Fonte: PEIXOTO, Renato Amado. Verbetes 'João de Lyra Tavares', 'Augusto Tavares de Lyra' e 'Pedro Velho de Albuquerque Maranhão' in ABREU, Alzira Alves de (Coord.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Primeira República. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas; CPDOC, (no prelo). Arte: Renato Amado Peixoto.

Projetando todas as informações anteriores a respeito das organizações familiares podemos chegar a um mapa onde ficam apontadas sua territorialidade e seus interesses espaciais. Por meio da Figura 10, podemos observar que, no início do século XX, o espaço do estado do Rio Grande do Norte comportava não um, mas três interesses espaciais distintos, todos comportando organizações familiares que possuíam sistemas eficazes de estratégias visando a autopreservação e o aumento de seu poder. Note-se, por meio da sua comparação com os polígonos que no mapa representam grosseiramente a divisão política da província no Império entre interior e litoral, que aquelas três espacialidades não coincidem com os limites políticos, mas ainda o ultrapassam (os pontos vermelhos indicam os centros de espaço; os círculos, sua base territorial e as elipses, seus interesses espaciais).

Figura 10: Espacialidades no Rio Grande do Norte no início do século XX



Arte: Renato Amado Peixoto. Suporte cartográfico: ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1868.

Por conseguinte, se a partir desta análise voltamos a pensar a questão da produção historiográfica norte-rio-grandense, podemos interpretar que ela visa a atender aos interesses e atividades de uma organização familiar e que essa produção visa a consolidar esses mesmos interesses e atividades. Controlando o poder e o aparelho estadual num momento em que o jogo de poder da República Velha reproduzia e representava uma racionalidade espacial diferente, quando se fazia necessário costurar uma espacialidade e uma identidade a partir de personagens e fatos que pudessem remeter a interesses e estratégias próprios: era não apenas necessário, mas extremamente vantajoso.

Nesse sentido, compreende-se a construção da centralidade da cidade de Natal na narrativa: essa centralidade constituía um contraponto a outras produções que também possuíam sua centralidade nas cidades de Mossoró e Caicó e que também iriam possuir uma continuidade. Destacar Natal significava representar uma nova ordem e seus avanços em relação aos processos divergentes. Produzir a centralidade de Natal significava fazer representar um sentido de espaço particular que se impunha sobre as construções de outros espaços. As construções que diziam e explicitavam a cidade de Natal passaram, na verdade, a articular uma unidade a partir do imaginário que então se precisava tornar comum a todos.

Numa primeira aproximação com esse imaginário, podemos inferir que Natal também não vai ser verdadeiramente urbanizada, mas construída: 'Cidade Nova' é a nomeação expressa dos novos bairros da cidade feita por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Esse é também o sentido que Manuel Dantas, um autor valorizado pela narrativa, vai oferecer no seu texto 'Natal daqui a 50 anos'.¹³ "Surge et ambula", a expressão por ele utilizada em relação à cidade de Natal, é a mesma com que o apóstolo Pedro, em nome de Jesus, comanda a cura de um paralítico: "Levanta-te e anda".¹⁴

Outra cidade, a Natal republicana, foi construída ao lado da antiga, a acanhada e incipiente Natal do império e da colônia, e sobre essa nova cidade se inscreveram topônimos que espelhavam a manifestação do novo imaginário, inscrevendo também sobre ela a organização familiar natalense.

Conforme notou Itamar de Souza,¹⁵ reservaram-se na cidade de Pedro Velho os nomes de suas ruas principais aos presidentes do novo regime e essas foram cruzadas, por sua vez, com ruas nomeadas a partir dos rios que cruzam o território do estado. Sobre as duas cidades, a velha e a nova,

¹³ DANTAS, Manoel. *Natal daqui a 50 anos*. Natal: Fundação José Augusto/Sebo Vermelho, 1996.

¹⁴ Atos dos Apóstolos 3,6.

¹⁵ SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Natal: Senado Federal, 1989, p. 179.

também projetou-se a sombra dos heróis do novo regime, batizando suas praças, ruas e teatros, eternizando em pedra Alberto Maranhão, Junqueira Ayres e outros tantos.

Formulado esse discurso, que unia sob a forma do poder os antigos inimigos e novos aliados, tornou-se possível uma futura reelaboração dos enunciados da narrativa da centralidade de Natal. Essa tarefa coube, em certo momento, a Luís da Câmara Cascudo que, arremetendo sobre a diferença entre as duas cidades, pode aplainar as arestas que sobraram e ao mesmo tempo legitimar os novos arranjos políticos.¹⁶

Contudo como esse esforço se constituiria por meio de antigas práticas de poder das organizações familiares que operavam por novas estratégias, cabia também ressignificá-las no discurso do poder. Nomear-se-ia essa estratégia na operação historiográfica como 'Modernização' da cidade de Natal e se instituiria mesmo um enunciado que remeteria essa modernização a outro conceito, a 'Belle Époque' de Natal, ainda que ao custo de apresentá-lo anacronicamente e de modo tautológico e teleológico: Belle Époque sem proletariado ou como já disse Peter Eisenberg em relação a outro fenômeno, uma "modernização sem mudança".¹⁷

Na verdade, outra cidade vai ser construída por meio dos braços dos retirantes, a expensas dos espaços circundantes, fazendo pesar demoradamente sobre o novo estado o ônus financeiro da obra. Sobre esses outros espaços também vai operar a produção historiográfica que passaria a mostrar a uniformidade de esforços e a operosidade de um centro transformado em transcendente. Sobre estes outros espaços também seriam inscritos os operadores dessa transformação, que passaram a denominar municípios e cidades, como: Almino Afonso, Pedro Velho e Augusto Severo. A natureza se curvou à visão de Pedro Velho.

¹⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

¹⁷ EISENBERG, Peter L. 'Conclusão' in *Modernização Sem Mudança: a Indústria Açucareira em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Portanto, para se pensar a construção espacial e identitária no Rio Grande do Norte é antes necessário considerar sua historicidade e sua multiplicidade, entendendo sua produção a partir de três focos: o Seridó, Mossoró e Natal. É preciso pensar essa construção e sua reelaboração a partir das articulações constituídas entre as organizações familiares. É imperioso considerar as reelaborações daí decorrentes enquanto condicionadas por objetivos e estratégias dos sistemas desde então enraizados.

Seriam essas, pois, as condições básicas para pensarem-se as espacialidades, identidades e os temas daí decorrentes e hoje naturalizados pela produção historiográfica norte-rio-grandense, como, por exemplo, a 'modernidade de Natal'; 'Mossoró, a terra da liberdade'; ou 'Seridó, raiz do Sertão e da tradição'.

Finalmente, para se pensar a história do estado é preciso entender que a identidade e a espacialidade norte-rio-grandense estiveram e sempre estarão em construção, porque foram instituídas por um arranjo no qual estão incutidas diferentes tensões, que se cruzam, imbricam, recortam e modificam, formando uma economia de forças, onde a identidade e a espacialidade estariam, por conseguinte, em permanente possibilidade de reelaboração.

Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX

Renato Amado Peixoto

Resumo: Este trabalho procura estabelecer uma discussão acerca das condições de produção das construções espaciais e identitárias no Rio Grande do Norte, centrando-se na hipótese de que estas devem ser entendidas enquanto esforços que somente poderiam ser desenvolvidos a partir da

última década do século XIX. Esses esforços constituíram uma narrativa historiográfica que produziu o espaço e a identidade norte-rio-grandense a partir da centralidade de Natal e de uma remissão aos interesses das organizações familiares dominantes, a despeito de existirem outras produções em curso no interior do estado.

Palavras-chave: Construção historiográfica do espaço no rio grande do norte; espacialidade e identidade no rio grande do norte; região, historiografia e espaço.

Abstract: With this work we want to establish a discussion about the conditions of production of space and identity construction in Rio Grande do Norte, focusing on the hypothesis that these constructions must be understood as efforts that could only be developed after the last decade of the nineteenth century. These efforts constituted a historiographic narrative that produced space and identity from the centrality of Natal and referenced by the interests of the ruling family organizations, despite the existence of other space constructions.

Keywords: Historiographic construction of space in Rio Grande do Norte; Spatiality and identity in Rio Grande do Norte; Region, historiography and space.

Recebido em: 12/05/2010

Aprovado em: 29/06/2010